

Porto de Rio Grande inaugura novo calado

Investimento total de R\$ 500 milhões permitirá a operação de navios de maior porte no terminal do Sul gaúcho

/LOGÍSTICA

Jefferson Klein
 jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Uma cerimônia ontem, trans-

mitida pela internet e realizada em Porto Alegre, oficializou a homologação do novo calado do Porto de Rio Grande. Com a remoção de mais de 16 milhões de metros cúbicos de sedimentos, o calado operacional do chamado canal interno, onde estão os terminais portuários mais importantes e com o maior fluxo de cargas, passou de 12,8 metros para 15 metros (mais do que o previsto inicialmente, que era 14,5 metros). Com isso, o complexo pode receber embarcações de até 366 metros - uma diferença de 29 metros em relação à capacidade anterior, de 337 metros.

O contrato original da dragagem foi assinado em julho de 2015 e o consórcio vencedor da disputa para realizar o serviço foi formado pelas empresas Jan de Nul do Brasil e Dragabrás, que fecharam na época o acordo por R\$ 368,6 milhões (recurso proveniente da União). Porém, conforme informações do governo federal, o aporte final ficou próximo de R\$ 500 milhões.

O evento, no Palácio Piratini,

contou com as presenças do governador Eduardo Leite, do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e do superintendente dos Portos do Rio Grande do Sul, Fernando Estima, entre outras autoridades.

Após oficializar o aumento de seu calado, o porto de Rio Grande elabora para 2021 a licitação de áreas para movimentação de cargas como arroz, velucos, grãos sólidos e líquidos, entre outros itens. Neste momento inicial, estão em fase adiada para serem leiloadas pelo menos cinco espaços, que somam em torno de 225 mil metros quadrados (a maior delas é a do pátio automotivo, com 102 mil metros quadrados). Também deverão ser postos em disputa mais dois terrenos no porto de Porto Alegre e outro em Pelotas, os dois primeiros alcançando cerca de 42 mil metros quadrados (ficam situados onde se encontra a Cesa e a empresa Serra Morena) e o último 21 mil metros quadrados.

O superintendente Fernando Estima detalha que o empreendimento pelotense trata-se do terminal de toras de madeira operado pela CMPC, que fez um contrato transitório e agora vai a leilão, mas com a tendência que seja arrematado pela própria companhia que já atua no local. Quanto



FELIPE DALILA VALLE/PALACIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/JC

O governador Eduardo Leite e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante o evento

a Rio Grande, o diretor de portos interiores da Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul, Bruno Almeida, acrescenta que, além dessas áreas iniciais, há outros terrenos que mais adiante poderão ser arrendados somando no total aproximadamente 2 milhões de metros quadrados. “A mudança é que o porto não precisará fazer a gestão desses espaços e sim algum

operador portuário ou empresa interestessada”, complementa Estima.

plexo, que será bancada através de recursos de tarifas portuárias.

O ministro da Infraestrutura enfatizou que a dragagem recoloca o porto gaúcho na rota do comércio internacional e permite que seja um concentrador de cargas. Por sua vez, o governador comentou que, a partir do próximo ano, a ideia é que seja feita uma dragagem permanente do com-

A perspectiva é desembolsar de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões, anualmente. Leite adianta ainda que o governo do Estado está encaminhando uma equalização da tributação para a importação feita pelo porto de Rio Grande para tornar mais atraente a entrada de cargas pelo Rio Grande do Sul.

União retira poligonal portuária do Cais Mauá

Outra ação ressaltada pelo governador foi a retirada da poligonal portuária (limites físicos de um porto) do espaço que será destinado à revitalização do Cais Mauá, na capital gaúcha. Ele explica que essa ação faz com que a área passe a ser simplesmente um terreno do Estado, dispensando a necessidade de que medidas a serem tomadas ali passem por aprovações de entidades como a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), por exemplo. Essa nova situação, conforme Leite, permite uma modelagem mais arrojada para o aproveitamento daquela região. "Parte daquele espaço será

alienado para viabilizarmos os investimentos na área dos antigos armazéns que será concedida", comenta o governador.

A revogação do decreto que define a área do Porto Organizado de Porto Alegre, incluindo toda a infraestrutura portuária, foi autorizada na Portaria 155, publicada no Diário Oficial da União no último dia 20, e que entra em vigor na próxima segunda-feira (2/11).

O complexo junto à orla do Guaíba foi concedido em 2010, com autorização do governo federal, pelo período de 25 anos, mas infrações cometidas pela concessionária levaram à rescisão do

contrato em maio de 2019. O Estado permitiu a continuidade das obras já iniciadas por uma empresa terceirizada, com quem assinou pré-contrato em junho, de forma a entregar espaços de entretenimento e serviços à população no menor tempo possível.

Paralelamente, o governo segue, através da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, com o processo de modelagem, por meio de acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para definir a melhor forma de gestão e revitalização de todo o trecho do cais.

Duplicação da BR-116 alcançará 121 quilômetros até o final do ano

Não foi apenas do modal aquaviário que tratou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, durante a sua visita ao Rio Grande do Sul. O dirigente informou que já foram duplicados 93 quilômetros da BR-116 e, ainda em 2020, mais 28 quilômetros deverão ser acrescidos a esse número. As obras de duplicação envolvem no total 211,2 quilômetros, entre Guaíba e Pelotas, e devem ser concluídas no próximo ano.

Sobre a nova ponte do Guaíba, o ministro adianta que ao final de novembro ou começo de dezem-

bro a ligação deverá ser liberada ao trânsito de veículos, estando parcialmente pronta. Quanto aos trabalhos de expansão da pista do aeroporto Salgado Filho, em mais 920 metros, o que deixará a estrutura com 3,2 mil metros de extensão, Freitas diz que a iniciativa está em fase bastante avançada.

O ministro destacou ainda que foram entregues, nesta segunda-feira, obras no aeroporto de Santa Maria, como ampliação de pátio e sistema de balizamento. O investimento do governo federal foi de R\$ 9 milhões.

CCGL investirá R\$ 700 milhões em terminais graneleiros no porto rio-grandino

Com as mudanças planejadas para o Porto de Rio Grande, a Cooperativa Central Gaúcha (CCGL), que opera os terminais Termassa e Tergrasa, confirmou que investirá R\$ 700 milhões em suas estruturas que estão localizadas den-

tro do complexo portuário. Com a ampliação, a capacidade de escoamento de produtos agrícolas da CCGL será quadruplicada.

"Há 28 anos aconteceu o último investimento em pier para atracação de navios graneleiros no Por-

to de Rio Grande. Nesse período, as safras no Rio Grande do Sul aumentaram em 300%", destacou o presidente da CCGL, Caio Vianna, em vídeo gravado para a cerimônia de homologação do novo calado. Segundo o executivo, a cooperati-

va vem planejando o investimento portuário há 12 anos. "Só agora, com os novos regramentos e a vontade política dos governos federal e estadual, vamos fazer a ampliação", comentou Vianna.

Atualmente, o chamado flu-

xo de expedição dos terminais da CCGL é de 1,5 mil toneladas por hora. Com a expansão, passará para 6 mil toneladas por hora. A capacidade de armazenagem irá subir de 278 mil toneladas para 778 mil toneladas.